

CPI da Mineração cobra o término de disputa sobre lavra

A CPI que investigou as denúncias de irregularidades no setor mineral do País aprovou ontem o relatório final recomendando "gestões do governo e do Ministério Público Federal junto ao Poder Judiciário, no sentido de que sejam solucionadas, com urgência, as pendências jurídicas sobre áreas de lavra, que tanto estimulam os conflitos e prejudicam o ritmo da exploração mineral".

Além do relatório apresentado por Romero Jucá (PFL-RR), também foi aprovado o relatório da subcomissão integrada pelos senadores José Bianco (PFL-RO), Ernandes Amorim (PMDB-RO) e João França (PMDB-RR). A CPI da Mineração teve como presidente o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), enquanto a reunião de ontem foi presidida por João França.

O relatório de Jucá apresenta 20 recomendações, e também sugere "a definição de uma política social e trabalhista" para os cerca de 400 mil garimpeiros existentes no País, "hoje sem as mínimas condições de exercerem a sua cidadania e completamente esquecidos da proteção que lhe é devida pelo Estado".

Autor do requerimento de criação da CPI, o senador Ernandes Amorim se disse satisfeito com o resultado dos trabalhos realizados, e afirmou que a comissão "desmentiu todas as denúncias de que o estado de Rondônia era dominado pelo tráfico de drogas e contrabando de minério".

Instalada em 14 de março de 1995, a CPI da Mineração realizou 21 audiências dentro e fora das dependências do Senado, e colheu depoimentos de 64 pessoas.



Senadores que compõem a CPI da Mineração aprovam o relatório final com uma série de reivindicações

Valadares propõe horário para o Congresso na TV

Objetivo é garantir ampla divulgação de informações "concretas, objetivas e regulares" sobre as atividades dos parlamentares

No plenário, senadores repudiam as críticas de Arnaldo Jabor

As críticas do cineasta Arnaldo Jabor ao Congresso, veiculadas pela TV Globo, foram repudiadas por senadores de todos os partidos, durante a sessão de ontem.

O líder do governo, Elcio Alves, disse que durante o tempo em que exerce a liderança jamais teve de qualquer parlamentar reivindicação que não fosse voltada para os

mais elevados propósitos.

O líder José Eduardo Dutra afirmou que seu partido, o PT, sempre defende o Congresso como instituição.

Valmir Campelo, líder do PTB, lembrou a obrigação de quem denuncia: apontar nomes e provas. As críticas foram repudiadas também por Sebastião Rocha.

Páginas 4 e 5

Coutinho Jorge anuncia propostas para a Habitat 2

Página 6

CPI vai apurar denúncias sobre trabalho infantil

Página 7

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo a retransmissão obrigatória de um programa oficial do Congresso Nacional nas rádios e televisões do País. O objetivo, segundo ele, é garantir ampla divulgação de "informações concretas, objetivas e regulares sobre as atividades parlamentares". Pelo projeto, sem prejuízo do horário da *Voz do Brasil*, as emissoras deverão reservar cinco minutos de sua programação, entre as 10 e as 23 horas, para a transmissão do programa, exceto aos sábados, domingos e feriados nacionais.

Valadares observa, na justificativa de seu projeto, que a liberdade de imprensa não está sendo exercida "com a contrapartida da responsabilidade de divulgar os fatos com fidelidade". Página 5

Maldaner vê na posse de Sirotsky motivo de orgulho

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), designado pela Mesa Diretora para representar o Senado Federal na solenidade de posse do jornalista Jaime Sirotsky na presidência da Federação Internacional de Editores de Jornais (Fiej), disse que o evento revestiu-se de grande importância para o Brasil, visto que esta é a primeira vez que um latino-americano assume tal função de destaque nos meios internacionais de comunicação. A solenidade aconteceu em Washington, no dia 22 de maio passado.

- Desnecessário externar o orgulho de ter o Brasil, representado por Jaime Sirotsky, sido aclamado por mais de cem países que se fizeram presentes à posse - garantiu Maldaner, explicando que simultaneamente ao evento ocorreram dois outros: o 49º Congresso Mundial de Jornais e o 3º Fórum Mundial de Editores de Jornais, reunindo "a nata do jornalismo internacional". Sirotsky, "onde estiver como presidente, estará promovendo o nosso país", garantiu o senador.

Campos sugere compensação de imposto pago em excesso

Senador faz também apelo a que o Senado corrija, na votação da proposta de reforma previdenciária, "distorções" mantidas até agora

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei autorizando a compensação, com quaisquer outros impostos, da parcela do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural paga em valor superior ao devido à União. O projeto dispõe que, na apuração do montante a ser compensado, será aplicado ao valor indevidamente pago o mesmo fator de atualização e a mesma taxa de juros dos créditos tributários federais.

A iniciativa resulta do que o senador considera "lamentável equívoco" da legislação tributária brasileira, que taxou excessivamente a propriedade territorial rural este ano. Em razão de erros de avaliação, disse ele, houve casos em que,



Júlio Campos

embora os imóveis tenham reduzido de valor, foram taxados com um reajuste de até 600%. Júlio Campos considerou a ocorrência "não só indevida, mas absurda", apoiando o inconformismo que dominou os titulares de terras. Se aprovado no Senado, seu projeto ainda vai para a Câmara.

PREVIDÊNCIA

No mesmo discurso, Júlio Campos apelou ao Senado para que trabalhe arduamente na revisão do projeto de lei previdenciária aprovado na Câmara e que ainda virá à Casa. O senador sugeriu que, se for possível melhorar esse texto, o Senado aprove um novo, desde que se corrijam as distorções até agora votadas porque,

em sua opinião, elas são inadmissíveis para o País. Uma das mais graves consequências da reforma previdenciária apontada pelo senador é o excesso de profissionais que estão se aposentando em plena produtividade.

"Nas universidades federais há jovens professores que estão se aposentando e querendo ser contratados pela própria universidade", denunciou o parlamentar, lastimando os recursos que o governo investiu inutilmente nesses profissionais.

Campos leu artigo do ex-ministro Mário César Flores, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, com críticas à aposentadoria precoce e às distorções que permitem a alguns que se aposentem com grandes vencimentos, enquanto outros recebem apenas um ou dois salários mínimos.

Kandir quer apoio do Congresso às reformas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do deputado Antonio Kandir, ministro indicado do Planejamento. Depois do encontro, Kandir informou que foi reivindicar o apoio do presidente do Congresso às propostas de emendas constitucionais propostas pelo governo e que estão em tramitação no Legislativo.

O deputado pediu especial atenção para a emenda de reforma da Previdência Social. Antonio Kandir será empossado na próxima terça-feira, em substituição a José Serra, que deixa o cargo para concor-



Kandir com Sarney: atenção especial à reforma da Previdência rer à prefeitura de São Paulo.

TCU

Sarney também recebeu a visita do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Marcos Villaça, que lhe entregou formalmente o relatório do TCU sobre as contas do governo

no exercício de 1995. O relator da matéria, ministro Homero Santos, que acompanhou Villaça na visita ao presidente do Senado, informou que em seu parecer crítica a redução gradativa de investimentos do governo na área social, registrada nesse ano.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Maldaner defende ampliação do CMN

Senador apresenta projeto elevando de três para 17 membros a composição do Conselho Monetário Nacional, incluindo dois representantes das classes trabalhadoras



Humberto Lucena

Lucena faz apelo para que União avalize Paraíba

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lastimou a circular emitida pelo Banco Central anunciando que a União não vai mais avaliar empréstimos externos contraídos pelos estados. O parlamentar afirmou que, a ser verdadeira essa notícia publicada na imprensa, a Paraíba estará prejudicada, visto que fez um rigoroso saneamento financeiro - pagou em dia todos os seus compromissos e reabriu o Banco do Estado -, tendo portanto plenas condições de contrair um empréstimo fundamental para seu desenvolvimento. Ele apelou ao presidente da República, ao ministro da Fazenda e ao presidente do BC para que reexaminem a situação.

Senado autoriza Pernambuco a rolar dívidas

O Senado aprovou ontem solicitação do governo do estado de Pernambuco para que possa emitir letras financeiras, cujos recursos serão destinados ao pagamento de dívidas de R\$ 480 milhões, decorrentes de decisões judiciais. Esta é a primeira vez que Pernambuco contrairá dívida mobiliária.

Também recebeu aprovação pedido para que o governo do Mato Grosso do Sul emita letras financeiras para pagar a rolagem de 100% da dívida mobiliária estadual vencível neste primeiro semestre.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei fixando a composição do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 17 membros, com mandato de dois anos, permitida a recondução por idêntico período. Ainda conforme o projeto, ficam proibidas quaisquer decisões *ad referendum*, e a deliberação deverá contar com a presença de, no mínimo, dez integrantes. A proposta também determina a inclusão no conselho de dois representantes das classes trabalhadoras e seis brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros e tributários, nomeados pelo presidente da República.

A mudança incide sobre a Lei nº 4.595, de junho de 1995, que instituiu o Plano Real. Pela lei vigente, o CMN é composto pelo ministro da Fazenda, que exerce a presidência e pode

tomar decisões *ad referendum* dos outros dois membros, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central.

Na proposta de Maldaner, o CMN passaria a reunir os ministros da Fazenda, mantido na presidência; do Planejamento e Orçamento; da Indústria, do Comércio e do Turismo; e da Agricultura; além dos presidentes do Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e os representantes da sociedade civil.

Na justificação de seu projeto, o senador considerou que decisões sobre as taxas de juros, o controle de prazos de fi-



Casildo Maldaner

nanciamento, os consórcios e a fiscalização do sistema financeiro não podem ser restritas a apenas três pessoas. "Comenta-se que no período da ditadura militar o CMN era bem mais democrático e representativo", disse.

Em aparte, José Fogaça (PMDB-RS), que foi o relator da medida provisória que instituiu o Plano Real, confirmou que, na ditadura, o CMN de fato tinha mais representantes. No entanto, ressaltou, "as decisões eram tomadas por telefone" e o conselho não se reunia. Na presidência da Mesa, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que no governo de José Sarney havia sido incluída a representação dos trabalhadores no CMN, retirada na edição do Plano Real.

Totó Cavalcante pede urgência para projeto que beneficia pecuaristas

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) pediu pressa na tramitação do projeto de decreto legislativo de sua autoria suspendendo parte da resolução do Banco Central que regula os procedimentos a serem observados quando do alongamento da dívida agrícola.

Argumenta o senador que a norma não contempla nenhum produto pecuário entre os que podem servir de base de cálculo para o pagamento das dívidas agrícolas, acarretando grande prejuízo para os pequenos e médios pecuaristas, além



Totó Cavalcante

de contrariar a Lei nº 9.138/95, que dispõe sobre o crédito rural. Conforme garantiu, o projeto, que não depende de sanção presidencial, poderia ser aprovado antes do dia 30 de junho próximo, prazo final para o alongamento das dívidas.

Totó Cavalcante enumerou os efeitos danosos que a regulamentação do Banco Central está causando "não só à economia do Tocantins, mas a todo o Brasil". Segundo disse, neste ano o País terá uma safra menor, "o que corresponde a perdas que atingem

sempre os pequenos e médios produtores e a população mais pobre". Como consequência, "mais lavradores abandonarão suas atividades e reforçarão as legiões de sem-terra que vagueiam pelas estradas e as dos sem-teto, que acampam nas periferias urbanas".

- Será que os técnicos do Banco Central ignoram ser a soja e o trigo o forte da agricultura e dos grandes fazendeiros do Centro-Sul? - perguntou Totó Cavalcante, apontando a injustiça de se obrigar os pequenos e médios pecuaristas a pagarem suas dívidas justamente com esses produtos.

Líder do governo repudia críticas ao Congresso

Elcio garante que relações do Executivo com o Legislativo se desenvolvem em nível elevado e em nenhum momento presidente da República autorizou seus líderes a negociarem favores



Sebastião Rocha

Rocha não admite a impunidade

"O Congresso não pode ser fragilizado por críticas sem fundamento", afirmou em discurso o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Ele criticou quem defende a aprovação de uma nova lei de imprensa com punições exageradas para jornalistas e jornais, mas ponderou que "a imprensa não pode ser excluída do sistema que permite punição por denúncias sem comprovação".

O cineasta Arnaldo Jabor disse em entrevista à CBN que não fez apologia do golpe ou da fujimorização. Não estou na tribuna para condenar o cineasta. Mas os parlamentares devem fazer uma reflexão sobre as denúncias de fisiologismo - disse.

Sebastião Rocha alertou sobre notícias que falam da possibilidade de surgimento de um novo "centrão" na Câmara dos Deputados, cujos integrantes colocariam interesses pessoais à frente dos interesses coletivos.

Ao comentar as eleições em Israel, o senador mostrou-se preocupado com a possibilidade "da ultradireita chegar ao poder, o que pode ser uma ameaça à paz no Oriente Médio".

"Acima de nossas pessoas está a dignidade de uma instituição que é um dos alicerces do sistema democrático brasileiro", afirmou o líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), ao repudiar as declarações ofensivas lançadas pelo cineasta Arnaldo Jabor contra o Congresso Nacional. O líder sustentou que as críticas do comentarista da TV Globo foram generalizadas e imprecisas, e tiveram o evidente propósito de ferir uma Casa que está acima de paixões.

Ele lastimou o fato de que, ultimamente, têm aumentado as críticas distorcidas e injustificadas, sem o respaldo da verdade, lançadas contra o Legislativo. Em sua opinião, "trata-se de agressão gratuita, que

passa para a opinião pública a imagem de que se faz uma política de barganhas, uma política de negociatas, e essa imagem não representa a maioria dessa Casa".

Elcio Alves ressaltou que "considerar o Congresso infalível seria uma utopia", mas explicou que as críticas são altamente injustas devido ao fato de que o trabalho do Legislativo, nos últimos tempos, merece elogios, sobretudo pela intensa dedicação dos senadores, seja ao trabalho das comissões, seja ao plenário.

"Ao longo desse período em que tenho exercido a liderança, jamais tive de qualquer colega uma reivindicação que



Elcio

não fosse voltada para os mais elevados propósitos", afirmou o parlamentar, acrescentando que ninguém jamais postulou nada que significasse favores pessoais.

Conforme o líder, um parlamentar pedir verbos ou obras públicas para seu estado é uma iniciativa política que ninguém pode condenar. Disse também que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem atuado em favor de reformas que visam unicamente aos interesses do País, e em nenhum momento autorizou seus líderes a negociarem favores. As críticas de Jabor, na opinião do parlamentar, "em nenhum momento condizem com a realidade".

"Precisamos de um Legislativo forte"

Se um dia o Congresso voltar a ser fechado, o jornalista não terá a oportunidade de fazer qualquer crítica à instituição. O alerta foi feito ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em discurso no plenário.

- Não concordamos que uma

instituição democrática seja vilipendiada em sua honra e seja jogada no lixo na sua credibilidade. Precisamos de um Congresso Nacional forte que corresponda às expectativas da Nação - afirmou o senador a propósito das críticas do cineasta Arnaldo Jabor.

Nabor destaca artigo em defesa da instituição

O artigo publicado pelo jornal *Zero Hora* e assinado pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP) foi destacado ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). "Esse artigo é da maior importância para o Congresso Nacional, pois defende a Câmara e o Senado das críticas divulgadas pela imprensa", afirmou Nabor.



Nabor

A publicação lembra que o trabalho de um parlamentar abrange inúmeras horas de debates nas comissões e plenário, contato com bases políticas e expediente de articulação que muitas vezes ultrapassam as sessões normais. Para Nabor Júnior, o artigo "retrata bem o que acontece no Congresso Nacional".

Sarney apóia providências de Luís Eduardo

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que apoiará todas as medidas que forem tomadas pelo presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, em relação às críticas feitas ao Congresso Nacional pelo comentarista da Rede Globo de Televisão, Arnaldo Jabor. As críticas foram veiculadas no programa *Jornal da Globo*, de quarta-feira, e repetidas no *Bom Dia Brasil*, na manhã de ontem.

Luís Eduardo Magalhães comunicou ao senador José Sarney que entregou o assunto à Procuradoria da Câmara para que fossem tomadas as providências cabíveis na defesa da instituição.

Valadares propõe veiculação de atividades na TV

Senador apresenta projeto de lei estabelecendo a retransmissão obrigatória de um programa oficial do Congresso Nacional nas emissoras de rádio e televisão do País

Para garantir ampla divulgação de "informações concretas, objetivas e regulares sobre as atividades parlamentares", o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo a retransmissão obriga-



Valadares

tória de um programa oficial do Congresso Nacional nas rádios e televisões do País. Pelo projeto, sem prejuízo do horário da *Voz do Brasil*, as emissoras deverão reservar cinco minutos de sua programação, entre as 10 e as 23 horas, para a transmissão do pro-

grama, exceto nos sábados, domingos e feriados nacionais.

Valadares observa, na justificativa de seu projeto, que a liberdade de imprensa não está sendo exercida "com a contrapartida da responsabilidade de divulgar os fatos com fidelidade". A seu ver, os parlamentares que assumiram seus mandatos em 1995 "sabem que nunca se trabalhou tanto nesta Casa", mas nada tem sido divulgado.

O senador argumenta, em

favor de sua proposta, que é preciso assegurar à população o acompanhamento das atividades legislativas de seus representantes, alvos de noticiário que, na sua opinião, é "distorcido e tendencioso". Enquanto a opinião pública é levada a acreditar "na imagem de um Congresso preguiçoso e irresponsável", disse, os relatórios finais da atuação do Congresso, do Senado e da Câmara mostram que "a realidade é bem diversa".

Valadares destacou que, em 43 sessões conjuntas no ano de 1995, o Congresso apreciou 6.049 vetos presidenciais,

417 medidas provisórias, 142 projetos de lei e 33 projetos de resolução.

O Senado, por sua vez, apreciou 646 matérias, 367 delas transformadas em normas jurídicas, aprovou 84 acordos internacionais, 51 concessões de rádio e televisão, 38 operações de crédito e 74 mensagens de indicação de autoridades. Finalmente, continuou, a Câmara apreciou 516 matérias em plenário, enquanto as comissões registraram 1.345 reuniões.

Esses números, salientou Valadares, "falam por si mesmos".

Dutra cobra exercício das prerrogativas do Poder

O líder José Eduardo Dutra (SE) disse ontem que o PT defenderá sempre a instituição Congresso Nacional, mas "não fará a defesa cega e corporativa de comportamen-



Dutra

to de parlamentares". Ao ressaltar que o comentarista Arnaldo Jabor "tem-se revelado um bem-humorado porta-voz do governo Fernando Henrique Cardoso", Dutra lamentou que nenhuma voz se tenha levantado quando o cineasta "classificou as oposições de trogloditas, citando inclusive o presidente do Senado, José Sarney".

A defesa das prerrogativas do Congresso não pode se dar apenas quando se faz pronunciamento para reclamar que um cineasta qualquer faz ataques ao Parlamento. Essa defesa se dá a partir de decisões que esta Casa toma em suas votações de projetos que envolvam

prerrogativas democráticas do Legislativo - afirmou.

Como exemplo, ele citou projeto de sua autoria que submete ao Congresso a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Para ele, se o Congresso não aprovar seu projeto, estará dando um voto contra as suas próprias prerrogativas.

Ao comentar discurso do líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), na última segunda-feira, que condenou declarações atribuídas ao líder do PT pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre fisiologismo no Congresso, José Eduardo Dutra afirmou que foi o próprio Palácio do Planalto que falou em fisiologismo parlamentar em nota à imprensa. O líder do PT disse ainda que o publicado na imprensa não correspondeu exatamente ao que ele declarou.

Valmir: Quem denuncia tem de apontar nomes e provas

O senador Valmir Campelo (DF), líder do PTB, voltou a afirmar ontem que, "se alguém diz que tem senador recebendo *bola* para dar voto, tem que dizer o nome do parlamentar". O senador fez o comentário a



Valmir

propósito de notícia publicada no último domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Conforme a notícia, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), teria afirmado que "as reformas na Câmara são mais fáceis, porque lá se negocia através da indicação de um diretor do Inbra, mas no Senado é mais difícil, onde a moeda são as emendas ao Orçamento da União".

- Na segunda-feira, eu disse que estranhava a declaração e esperei um desmentido do líder do PT. Mas não vi desmentido - disse.

Na opinião de Valmir Campelo, não é condenável que um senador assine uma emenda

individual ao Orçamento, para beneficiar seu estado, porque isso não fere nenhuma legislação. Ele informou que só assinou emendas coletivas da bancada do DF. "O que não é justo é jogar para a platéia. Dizer uma coisa aqui e lá fora falar outra."

O senador pelo DF disse ainda que "quando jornalistas difamam e caluniam o Congresso, os culpados são os próprios parlamentares, por não terem votado uma lei de imprensa que possa realmente coibir abusos" na mídia.

A seguir, o senador José Eduardo Dutra pediu novamente a palavra para afirmar que ele e Valmir Campelo têm "uma divergência de conceito". Para o líder do PT, "alguns acham que mudar voto em temas nacionais, em função de barganhas regionais, é uma atitude legítima na defesa de seus estados. Para eles, é democracia. Eu não considero assim".

Coutinho apresenta proposta à Habitat 2

Contribuição brasileira para a conferência da ONU sobre assentamentos urbanos, na próxima semana, já está definida e contempla outras políticas, destaca o senador



O ministro da Marinha tratou ontem, no Senado, de aspectos críticos da navegação de cabotagem

Regras para a cabotagem preocupam senadores

A lei destinada a regulamentar a emenda que permite a embarcações estrangeiras fazerem a navegação de cabotagem terá que ser elaborada com muito critério. Essa foi a conclusão a que chegaram os senadores da comissão especial que cuida da regulamentação das emendas constitucionais da Ordem Econômica, após depoimento do ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Mauro César Rodrigues Pereira.

O ministro defendeu a necessidade de a navegação de cabotagem estar vinculada ao Brasil. E fez uma advertência:

“Se facilitarmos uma concorrência predatória, com a vinda de navios estrangeiros para cá, poderemos estar cometendo um suicídio”.

O almirante destacou que 95% do comércio internacional do País é feito por via marítima. É preciso, sustentou, garantir que as linhas estejam abertas, e a única forma de se conseguir isso é ter navios brasileiros atuando nessa atividade.

Uma questão que chamou a atenção dos senadores foi a informação dada pelo ministro de que o transporte Rio-Niterói está sendo feito por bandeira

panamenha.

COMPETITIVIDADE

O ministro falou sobre a competitividade das empresas de navegação brasileiras, prejudicada devido aos encargos sociais e impostos vigentes no País, e manifestou sua preocupação com a prática de navios com bandeira de conveniência. Segundo ele, seria melhor garantir aos navios brasileiros as vantagens concedidas às bandeiras de conveniência. A idéia é criar, no País, um segundo tipo de regime, controlado por brasileiros, sob leis brasileiras, que retira tudo o que impede a empresa de operar.

Presidente da comissão do Senado instalada para acompanhar a elaboração das teses do Brasil à 2ª Conferência Mundial de Assentamentos Urbanos - Habitat 2, o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) apresentou ontem as linhas mestras do Plano Nacional de Ação (PAC). Resultado das reuniões preparatórias para o encontro que se inicia na próxima semana, em Istambul, na Turquia, o PAC aborda a política urbana como integrada a políticas nacionais de saneamento, habitação, transportes e meio ambiente, disse Coutinho.

O senador informou que cada um dos 180 países que participarão da conferência encaminhou um diagnóstico da realidade sócio-econômica, um plano nacional de ação e as respectivas linhas de



Coutinho

cooperação internacional. Além disso, serão analisadas doze experiências de política urbana bem-sucedidas e, entre elas, a ONU escolheu uma brasileira, realizada no Nordeste, afirmou.

Coutinho Jorge destacou que o agravamento das condições de vida urbana, especialmente nos países em desenvolvimento, indica que a Habitat 2 é fundamental para que os vários países definam os programas adequados à reversão desse quadro. Conforme prognósticos para o início do próximo milênio, 90% das 26 maiores metrópoles mundiais estarão localizadas na África, Ásia e América Latina.

O senador informou que a comissão da Habitat 2 já solicitou à Mesa do Senado a prorrogação dos seus trabalhos.

Suassuna focaliza bandeira de conveniência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) quis saber as vantagens de uma bandeira de conveniência, ligada a paraísos fiscais. O ministro explicou que “tudo o que se paga de encargos aqui, não se paga lá, como certos tributos e encargos trabalhistas, que oneram a ponto de impedir competitividade com quem usa a bandeira de conveniência, que está liberado de fazer esses pagamentos”.

Suassuna manifestou sua preocupação com o transporte no trecho Rio-Niterói, assunto tratado também por Esperidião Amin (PPB-SC). Ele sugeriu ao relator da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM), que busque maiores informações sobre a questão.

O presidente em exercício da comissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que o depoimento do ministro apon-tou detalhes estratégicos que

devem ser objeto de grande atenção do Congresso: “A garantia desse transporte é uma questão de segurança nacional, e isso vai levar a uma legislação muito criteriosa na liberação da navegação de cabotagem para embarcações estrangeiras. Já o relator, senador Bernardo Cabral, afirmou que irá verificar as condições em que a bandeira panamenha foi autorizada a operar.

Instalada a CPI do Trabalho Infantil

Marluce Pinto preside a comissão mista, que tem nove parlamentares mulheres entre seus 22 membros titulares. Objetivo: apurar as denúncias publicadas pela revista Veja

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias envolvendo a utilização de crianças e adolescentes em trabalho agrícola no Brasil foi instalada ontem e a presidente eleita, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), já marcou a primeira reunião de trabalho para quarta-feira (dia 5) a fim de definir o roteiro de atividades. Integrada por 11 senadores e 11 deputados, a comissão conta com a participação de nove parlamentares do sexo feminino entre os 22 membros titulares e tem até o dia 12 de

dezembro deste ano para conclusão dos trabalhos.

- Nessa eu acredito, porque vai trabalhar e mostrar serviço - disse o senador Gerson Camata (PMDB-ES), referindo-se ao fato de os cargos de vice-presidente e de relator serem ocupados, respectivamente, pelas deputadas Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e Célia Mendes (PTB-AC). "Não há dúvidas de que nossa intenção é atuar com toda a dedicação possível, e o tra-



Marluce Pinto

balho vai exigir empenho e determinação", disse Marluce Pinto. A senadora explicou que a finalidade da comissão é apurar as denúncias contidas na revista *Veja*, edição de 30 de agosto de 1995.

A CPI do Trabalho Infan-

til é integrada ainda pelos senadores Mauro Miranda (PMDB-GO), Nabor Júnior (PMDB-AC), Bello Parga (PFL-MA), José Alves (PFL-SE), José Bianco (PFL-RO), Artur da Távola (PSDB-RJ), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Levy Dias (PPB-MS), Benedita da Silva (PT-RJ), Emília Fernandes (PTB-RS), e os deputados Olavo Calheiros (AL), Rita Camata (ES), Laura Carneiro (RJ), Marilu Guimarães (MS), Alceste Almeida (RR), Wigberto Tartuce (DF), Fátima Pelaes (AP) e Paulo Rocha (PA).

Flaviano defende mobilização geral em favor das crianças

"A solução para o problema do menor abandonado não virá unicamente das autoridades governamentais." A opinião é do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), que alertou para a necessidade de mobilização da sociedade, dos meios de comunicação, das escolas e das autoridades públicas em defesa da infância brasileira. Ele lamentou que quinhentas mil meninas e jovens do País estejam enquadadas no contingente de dois milhões de menores prostituídas em todo o mundo, conforme denúncia apresentada no Seminário contra a Exploração de Crianças e Adolescentes, realizado este mês



Flaviano Melo propõe ação imediata

em Brasília.

- É imperioso agir rapidamente para compensar décadas de omissão do Estado e da própria sociedade no que respeita ao menor carente - afirmou o senador. Para ele, a mídia precisa conscientizar-se da sua força e da sua importância na solução de graves problemas sociais: "Hoje temos um grande número de publicações e numerosos programas de televisão que incentivam a violência e a promiscuidade sexual. Não

precisa ser assim", disse o senador, destacando o exemplo oferecido pela escritora Glória Peres ao incluir no texto da novela *Explode Coração*, da Globo, um serviço de utilidade pública que propiciou a localização de muitos menores desaparecidos.

No que tange à iniciativa pública, o senador acredita que as responsabilidades pela assistência às crianças devem ser repartidas entre as três esferas governamentais. A construção de pequenas unidades de reeducação de menores, segundo Flaviano Melo, deve ser prioridade para os municípios interioranos. "E não se pode esquecer, em nenhuma das esferas, do investimento maciço em educação infantil", alertou.

Suassuna quer o Brasil mais competitivo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que está preocupado com a queda nos níveis de competitividade do Brasil, conforme revelou o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. O Brasil, que ocupava, em 1995, o 37º lugar, entre os 49 países analisados, despencou 11 posições.

No relatório deste ano, referente ao fórum realizado em fevereiro, o Brasil está em penúltimo lugar, à frente apenas da Rússia. Cingapura desbancou os EUA da liderança e aparece seguida por Hong Kong e Nova Zelândia.

Ney Suassuna alertou também para a necessidade de se resolver o problema da dívida interna brasileira, que está crescendo em níveis alarmantes.

Greve em universidades deve acabar logo, crê Holanda

Senador relata encontro de parlamentares com ministro da Educação, o qual prometeu receber representantes do movimento



Hollanda

Senadores e deputados que se reuniram ontem de manhã com o ministro da Educação, Paulo

Renato de Souza, estão convencidos de que a greve das instituições federais de ensino "caminha para o encerramento". Segundo o senador Joel de Holanda (PFL-PE), a iniciativa da audiência partiu da senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que propôs a formação de uma comissão de parlamentares para interceder junto ao ministro pela reabertura das negociações com as universidades.

No relato do senador, os parlamentares manifestaram sua preocupação com os prejuízos, para alunos e professores, da continuidade de uma greve que já completou 40 dias. O ministro da Educação, informou ele, foi receptivo e, após consulta a sua assessoria, poderá receber representantes das universidades em greve na próxima semana.



Emília alertou, na comissão, para as consequências da greve

Iniciativa do diálogo partiu da senadora Emília Fernandes

Reunida ontem de manhã, a Comissão de Educação do Senado acatou a sugestão de Emília Fernandes de solicitar ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a reabertura dos entendimentos para superar o impasse em torno da greve nas universidades.

No requerimento, a senadora destacou que "os professores estão em greve há mais de 40 dias e a situação é grave, com sérios prejuízos para os alunos e mestres, ameaçados de perder todo o semestre letivo". Os senadores Joel de Holanda, José Roberto Arruda (PSDB-DF) e a própria senadora ficaram

encarregados de negociar com o ministro.

A comissão, presidida por Roberto Requião (PMDB-PR), aprovou ainda requerimento de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para que seja realizada audiência pública sobre o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler). Alcântara pretende que se discuta a leitura como um grande tema da política brasileira. Serão convidados para a audiência o ministro da Cultura, Francisco Weffort, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Afonso Romano de Sant'anna, e o coordenador do Proler, Francisco Gregório Filho.

Ignácio quer coibir abusos da indústria de cigarro no País

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) anunciou que apresentará nos próximos dias projeto de lei obrigando a indústria do fumo a produzir cigarros com teores de nicotina e alcatrão nos padrões internacionais. Ele denunciou que a indústria do fumo está criando artifícios químicos para que a dependência do viciado brasileiro em relação ao cigarro continue crescendo.

"O fumante atual está sendo sadicamente compelido a fumar", afirmou José Ignácio, citando estudo encomendado pelo Ministério da Saúde, segundo o qual

o cigarro brasileiro passou a sofrer uma série de manipulações químicas, a fim de manter o usuário na total dependência.



Ignácio

Ele disse que os teores de nicotina e alcatrão do cigarro brasileiro estão acima dos padrões aceitáveis em países do primeiro mundo, sendo mais grave o fato de que a indústria aumentou a quantidade de amônia, o que fortalece a dependência do viciado.

"Desgraçadamente, os efeitos nocivos desse genocídio químico irão incidir mais sobre as classes menos favorecidas da população", sustentou o parlamentar, referindo-se aos desesperados que vêm imagens de grandeza numa espiral de fumaça.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amarat
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal